

Estado de São Paulo

CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º [...]/2025

Processo Administrativo n.º 20/2025

Dispensa de Licitação n.º [...]/2025 (Art. 75, II, da Lei Federal n.º 14.133/2021)

Contratação de empresa para o fornecimento de cadeiras ergonômicas, que entre si celebram a Câmara Municipal de Jardinópolis-SP e a empresa [...].

A Câmara Municipal de Jardinópolis, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Praça Coronel João Guimarães, n.º 60, Centro, Jardinópolis, Estado de São Paulo, CEP 14680-000, inscrita no CNPJ sob o n.º 66.998.782/0001-08, neste ato representado por seu Presidente, o senhor **Luiz Gustavo de Sousa**, doravante denominada **CONTRATANTE**,

e, de outro lado, a empresa [...], pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n.º [...], com sede na Rua [...], n.º [...], [...], doravante designada CONTRATADA, neste ato representada por [...].

TENDO EM VISTA o que consta no Processo Administrativo n.º 20/2025, na autorização da autoridade competente, no Estudo Técnico Preliminar e no Termo de Referência, e em observância às disposições do art. 92 da Lei Federal n.º 14.133/2021, bem como nas condições estabelecidas na proposta vencedora, resolvem celebrar o presente Contrato Administrativo, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

- 1.1 O objeto do presente Contrato Administrativo é o **fornecimento, em parcela única, de cadeiras ergonômicas** pela CONTRATADA à CONTRATANTE, conforme o(s) item(ns) a seguir, no(s) qual(is) a CONTRATADA sagrou-se vencedora no Processo Administrativo n.º 20/2025.
 - **Item 01:** 15 (quinze) unidades de Cadeira Ergonômica, com encosto alto que inclua apoio para a região da cabeça;
 - **Item 02:** 04 (quatro) unidades de Cadeira Ergonômica de Alta Capacidade, com suporte de peso mínimo de 150 kg.

(Nota: No momento da formalização do contrato, serão mantidos apenas o(s) item(ns) adjudicado(s) à CONTRATADA)

- 1.2 As especificações técnicas detalhadas de cada item, incluindo requisitos de certificação (ABNT NBR 13962), dimensionais, funcionais, de materiais e de garantia, são aquelas integralmente descritas no **Termo de Referência** do Processo Administrativo n.º 20/2025.
- 1.3 O referido Termo de Referência e a Proposta de Preços da CONTRATADA são partes integrantes e indissociáveis deste Contrato, para todos os fins, independentemente de transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA

2.1 O prazo de vigência do presente Contrato Administrativo iniciar-se-á na data de sua assinatura e vigorará até o recebimento definitivo da totalidade dos bens adquiridos, atestado pelo fiscal do contrato.



Estado de São Paulo

- 2.2 O prazo para a **entrega** dos produtos pela CONTRATADA é de até 15 (quinze) dias úteis, contados do recebimento da Autorização de Fornecimento, conforme estabelecido no Termo de Referência.
- 2.3 A prorrogação do prazo de entrega, desde que devidamente solicitada e justificada pela CONTRATADA antes do seu vencimento, e que não acarrete alteração no valor do contrato, poderá ser formalizada por meio de Apostila, mediante simples despacho da autoridade competente nos autos do processo.
- 2.4 A prorrogação do prazo de **vigência** do contrato, por sua vez, se necessária, exigirá a celebração de **Termo Aditivo**, respeitada a legislação vigente.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO, FORMA DE PAGAMENTO E ENTREGA

3.1 DO PREÇO E DO VALOR DO CONTRATO:

- **3.1.1** Os preços unitários para o fornecimento do(s) item(ns) objeto deste Contrato são fixos e irreajustáveis, correspondentes aos valores da proposta vencedora da CONTRATADA.
- 3.1.2 O valor global deste Contrato é de R\$ [...], correspondente ao fornecimento do(s) seguinte(s) item(ns): * Item 01: [Quantidade] x R\$ [Preço Unitário] = R\$ [Valor Total] * Item 02: [Quantidade] x R\$ [Preço Unitário] = R\$ [Valor Total].
- **3.1.3** Nos preços acima estão incluídas todas as despesas diretas e indiretas da CONTRATADA, como tributos, frete, seguros, encargos e quaisquer outros custos necessários ao cumprimento integral do objeto.

3.2 DA FORMA DE PAGAMENTO:

- **3.2.1** O pagamento será efetuado pela CONTRATANTE em moeda corrente nacional, mediante crédito em conta bancária de titularidade da CONTRATADA.
- **3.2.2** O prazo para pagamento será de até **10 (dez) dias**, contados da data do **Recebimento Definitivo** do objeto, atestado pelo fiscal do contrato.
- **3.2.3** Em caso de erro na emissão da Nota Fiscal/Fatura ou outra pendência que impeça o pagamento, o prazo será suspenso e o documento devolvido para regularização, reiniciando a contagem a partir da data de reapresentação do documento corrigido.
- **3.2.4** Não será efetuado qualquer pagamento antecipado.

3.3 DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA:

3.3.1 As condições de entrega, incluindo o prazo, o local, os mecanismos de controle e os procedimentos de fiscalização e recebimento (provisório e definitivo) do objeto, são aquelas detalhadamente estabelecidas no **Termo de Referência** do Processo Administrativo n.º 20/2025, que é parte integrante deste contrato.

CLÁUSULA QUARTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- **4.1** As despesas decorrentes da execução do presente Contrato correrão à conta dos recursos consignados no orçamento da CONTRATANTE para o exercício de 2025, na seguinte classificação orçamentária:
- **4.1.1 Função Programática:** 01.031.0001.2002 Manutenção da Secretaria da Câmara Municipal de Jardinópolis.
- **4.1.2** Elemento de Despesa: 4.4.90.52.00 Equipamentos e Material Permanente.
- **4.2** A presente contratação observa o planejamento orçamentário da Câmara Municipal de Jardinópolis para o exercício de 2025, conforme evidenciado no Processo Administrativo n.º 20/2025.

CLÁUSULA QUINTA – DAS ALTERAÇÕES



Estado de São Paulo

- **5.1** Eventuais alterações a este Contrato, sejam elas qualitativas ou quantitativas, reger-se-ão pela disciplina do artigo 124 e seguintes da Lei Federal n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, e deverão ser devidamente justificadas nos autos do processo e formalizadas por meio de Termo Aditivo.
- **5.2** A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários nas quantidades dos bens, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Contrato, nos termos do artigo 125 da Lei Federal n.º 14.133/2021.

CLÁUSULA SEXTA – GESTÃO CONTRATUAL

- 6.1 O presente Contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas aqui avençadas, com as condições estabelecidas no Termo de Referência do Processo Administrativo n.º 20/2025 e nas normas da Lei Federal n.º 14.133/2021, respondendo cada parte pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- **6.2** A gestão e a fiscalização da execução deste Contrato serão realizadas por servidores da CONTRATANTE, formalmente designados como Gestor(a) e Fiscal(is) do Contrato.
- **6.3** Caberá ao **Gestor(a) do Contrato** a coordenação e o acompanhamento gerencial, incluindo a verificação da manutenção das condições de habilitação da CONTRATADA, o acompanhamento dos pagamentos e a instrução de eventuais processos de apuração de responsabilidade, conforme atribuições detalhadas no Termo de Referência.
- **6.4** Caberá ao **Fiscal(is) do Contrato** o acompanhamento direto da execução do objeto, o que inclui a verificação da conformidade dos bens entregues com as especificações pactuadas e o ateste das Notas Fiscais para pagamento, nos termos do art. 117 da Lei Federal n.º 14.133/2021.
- **6.5** A fiscalização exercida pela CONTRATANTE não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, vício ou defeito no produto fornecido.
- **6.6** Em caso de falhas contratuais graves ou recorrentes por parte da CONTRATADA, o Gestor do Contrato da Câmara Municipal deverá comunicar formalmente a Prefeitura Municipal de Jardinópolis, na qualidade de Órgão Gerenciador da Ata, antes de adotar medidas sancionadoras mais gravosas, para que sejam tomadas ações coordenadas.
- **6.7** Ficam designados para atuar na gestão e fiscalização do presente Contrato os servidores a serem indicados em ato próprio da CONTRATANTE, que serão formalmente comunicados à CONTRATADA.
 - a) Gestor(a) do contrato:

nome: [...]

Cargo: [...]

b) Fiscal(is) do Contrato:

Nome: [...]

Cargo: [...]

CLÁUSULA SÉTIMA - GARANTIA DO OBJETO FORNECIDO

7.1 A CONTRATADA assegura e garante que os produtos fornecidos sob este Contrato são novos, de primeiro uso, e em estrita conformidade com todas as especificações técnicas, funcionais e de qualidade estabelecidas no Termo de Referência.



Estado de São Paulo

- **7.2** A garantia técnica dos produtos contra quaisquer vícios ou defeitos de fabricação será de, no mínimo, **12 (doze) meses**, a contar da data do recebimento definitivo, conforme estabelecido no Termo de Referência.
- **7.3** Durante o prazo de garantia, a CONTRATADA obriga-se a sanar, sem qualquer ônus para a CONTRATANTE, os defeitos apresentados nos produtos. A solução poderá incluir, a critério da fiscalização, o reparo, a substituição de peças ou a troca integral do bem defeituoso, em prazo a ser definido pela CONTRATANTE.
- **7.4** Constatado o vício, a CONTRATANTE notificará formalmente a CONTRATADA, que deverá tomar as providências para o saneamento do problema no prazo estipulado na notificação. Esta responsabilidade persiste ainda que a CONTRATADA atue como intermediária junto ao fabricante para a execução da garantia.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES

8.1 Constituem obrigações da CONTRATANTE:

- a) Efetuar o pagamento à CONTRATADA nas condições e prazos estabelecidos neste Contrato e no Termo de Referência.
- b) Designar formalmente o Gestor e o(s) Fiscal(is) do Contrato, conforme previsto neste instrumento.
- c) Proporcionar as condições necessárias para a entrega e o recebimento dos produtos no local e prazos definidos.
- d) Notificar a CONTRATADA, por escrito, sobre quaisquer irregularidades constatadas na execução do contrato, para que sejam adotadas as medidas cabíveis.
- e) Em caso de atraso injustificado no pagamento, arcar com os encargos financeiros conforme estipulado neste Contrato.

8.2 Constituem obrigações da CONTRATADA:

- a) Executar o objeto deste Contrato em estrita conformidade com as especificações e condições estabelecidas no Termo de Referência do Processo Administrativo n.º 20/2025 e em sua proposta.
- b) Fornecer os produtos novos, de primeiro uso, e com a qualidade exigida, entregando, juntamente com a Nota Fiscal, os laudos de certificação ABNT NBR 13962 para todos os itens.
- c) Cumprir o prazo de entrega e as demais condições de execução estabelecidas no Termo de Referência.
- d) Prestar a garantia técnica de 12 (doze) meses contra vícios e defeitos de fabricação, nos termos da Cláusula Sétima.
- e) Não subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto deste Contrato a terceiros.
- f) Manter, durante toda a vigência contratual, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação.
- g) Arcar com todos os impostos, taxas, fretes e demais encargos de qualquer natureza, incidentes sobre o objeto contratado.
- h) Responsabilizar-se por quaisquer danos causados à CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua ação ou omissão na execução do contrato.

CLÁUSULA NONA - DAS PENALIDADES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

9.1 Pela inexecução total ou parcial das obrigações assumidas neste Contrato, a CONTRATANTE poderá, garantidos o contraditório e a ampla defesa, aplicar à CONTRATADA as sanções previstas nos artigos 155 e 156 da Lei Federal n.º 14.133/2021.



Estado de São Paulo

- **9.2** As sanções, aplicadas conforme a gravidade da infração, incluem advertência, multa, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade, e serão processadas em procedimento administrativo próprio.
- **9.3** A inexecução total ou parcial do contrato, sem justificativa aceita pela CONTRATANTE, sujeitará a CONTRATADA à **multa compensatória de 10% (dez por cento)**, calculada sobre o valor da obrigação não cumprida.
- **9.4** A CONTRATANTE poderá reter dos créditos decorrentes deste Contrato os valores necessários ao pagamento das multas aplicadas, ou cobrá-las judicialmente. Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto houver pendência de quitação de multas.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA RESCISÃO

- 10.1 O presente Contrato Administrativo poderá ser rescindido nas hipóteses previstas nos artigos 137 a 139 da Lei Federal n.º 14.133/2021, por ato unilateral da CONTRATANTE, por acordo entre as partes ou por via judicial, sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas cabíveis.
- 10.2 Os casos de rescisão contratual serão sempre formalmente motivados nos autos do Processo Administrativo n.º 20/2025, assegurando-se à CONTRATADA o direito ao contraditório e à ampla defesa.
- 10.3 É admissível a fusão, cisão ou incorporação da CONTRATADA com/em outra pessoa jurídica, desde que a nova entidade atenda a todos os requisitos de habilitação exigidos na contratação original, não haja prejuízo à execução do contrato e haja a concordância da CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DOS CASOS OMISSOS

11.1 Os casos omissos ou as situações não expressamente previstas neste Contrato serão resolvidos pela CONTRATANTE, com base nas condições estabelecidas no Termo de Referência do Processo Administrativo n.º 20/2025, na Lei Federal n.º 14.133/2021, e, subsidiariamente, nos princípios da Teoria Geral dos Contratos e nas disposições de direito privado.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

12.1 O presente Contrato tem seu embasamento legal na Lei Federal n.º 14.133/2021, especialmente no art. 75, inciso II, que trata da contratação direta por dispensa de licitação, combinado com as Resoluções pertinentes desta Câmara Municipal.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA PROTEÇÃO DE DADOS

- 13.1 As partes, CONTRATANTE e CONTRATADA, obrigam-se a cumprir integralmente as disposições da Lei Federal n.º 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais LGPD), tratando eventuais dados pessoais a que tenham acesso estritamente para as finalidades do contrato.
- 13.2 A CONTRATADA declara-se ciente e concorda com a divulgação das informações relativas a este Contrato (razão social, CNPJ, objeto, valor etc.) no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e nos demais meios de publicidade da CONTRATANTE, em conformidade com a legislação de transparência pública.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DISPOSIÇÕES FINAIS



Estado de São Paulo

- **14.1 DO FORO:** Fica eleito o foro da Comarca de Jardinópolis, Estado de São Paulo, para dirimir quaisquer litígios oriundos do presente Contrato, com expressa renúncia a qualquer outro.
- **14.2 DOS DOCUMENTOS INTEGRANTES:** Integram este Contrato, para todos os fins, independentemente de transcrição: o Termo de Referência do Processo Administrativo n.º 20/2025; a Proposta de Preços da CONTRATADA; e a respectiva Nota de Empenho.
- **14.3 DAS FORMAS DE ASSINATURA:** Para a formalização deste Contrato, serão admitidas assinaturas físicas, eletrônicas ou digitais, desde que observados os requisitos de autenticidade, integridade e validade jurídica previstos na legislação aplicável.
- **14.4 DA FORMALIZAÇÃO:** E, por estarem justas e contratadas, as partes firmam o presente instrumento para que produza todos os seus efeitos legais e jurídicos.

Jardinópolis, [...] de agosto de 2025.

Câmara Municipal de Jardinópolis/SP Luiz Gustavo de Sousa Presidente (CONTRATANTE)

[...]
[...]
(CONTRATADA)

Testemunhas:

Nome: [...] C.P.F.: [...]

Nome: [...] C.P.F.: [...]

TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO (CONTRATOS)

CONT	TRATANTE:
CONTRATADO:	
CONTRATO Nº (DE ORIGEM):	
OBJETO:	
Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:	
1.	Estamos CIENTES de que:
	o ajuste acima referido, seus aditamentos, bem como o acompanhamento de sua execução tual, estarão sujeitos a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, âmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;
-	poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, chos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, em nância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP;
Poder I 90 da I	além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser os, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em conformidade com o artigo Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem azos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;
	as informações pessoais dos responsáveis pela contratante e interessados estão cadastradas no o eletrônico do "Cadastro Corporativo TCESP – CadTCESP", nos termos previstos no Artigo 2º struções nº01/2020, conforme "Declaração(ões) de Atualização Cadastral" anexa (s);
e)	é de exclusiva responsabilidade do contratado manter seus dados sempre atualizados.
2.	Damo-nos por NOTIFICADOS para:
a)	O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;
b) de defe	Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito esa, interpor recursos e o que mais couber.
	LOCAL e DATA:
AUTORIDADE MÁXIMA DO ÓRGÃO/ENTIDADE:	
Nome:	
Cargo:	
CPF:	



Estado de São Paulo

RESPONSÁVEIS PELA HOMOLOGAÇÃO DO CERTAME OU RATIFICAÇÃO DA DISPENSA/INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO:

Nome:
Cargo:
CPF:
Assinatura:
RESPONSÁVEIS QUE ASSINARAM O AJUSTE:
Pelo contratante:
Nome:
Cargo:
CPF:
Assinatura:
Pela contratada:
Nome:
Cargo:
CPF:
Assinatura:
ORDENADOR DE DESPESAS DA CONTRATANTE:
Nome:
Cargo:
CPF:
Assinatura:



Câmara Municipal de Iardinópolis Estado de São Paulo